

# Roriz passa o dia em busca de apoio

MINERVINO JÚNIOR

## AMARAL SALES

A mobilização do GDF para tentar garantir, ontem, a votação e aprovação do Projeto de Lei 4.186/2004, de autoria do Poder Executivo, na Câmara dos Deputados, começou cedo. O governador Joaquim Roriz, representantes do Banco do Brasil (BB), da Secretaria de Ciência e Tecnologia e de deputados da bancada de Brasília no Congresso Nacional reuniram-se

no centro tecnológico do BB para acertar um acordo sobre o prazo dado pelo banco para a definição do projeto da Cidade Digital. Porém, "numa reunião bastante tensa", segundo Roriz, o

Banco do Brasil continuou intransigente, mantendo o dia 30 de janeiro como prazo limite para instalar o Datacenter II no DF.

O local para a instalação do mais novo centro tecnológico do Banco do Brasil, que será responsável pelo controle de todas as operações da instituição, fica a quatro quilô-

metros do Datacenter I, de acordo com o projeto. Esta pouca distância será importante no momento de interligar toda a rede do banco por fibras óticas.

De acordo com o governador, o BB, das 2 mil empresas previstas para ocupar a Cidade Digital, será o principal investidor e funcionará como espécie de âncora para novos investimentos. Somente o BB e a Caixa Econômica Federal,

em parceria, deverão investir R\$ 4,4 bilhões para as instalações do Datacenter II, na Cidade Digital. Daí a corrida contra o tempo para o GDF não perder o Banco do Brasil como um quase certo ocupante do pólo

de tecnologia.

Logo após a reunião do governador com os dirigentes do Banco do Brasil, a comitiva do GDF seguiu apressada para o Congresso Nacional. Lá, Roriz manteve um breve encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PC do B-SP), que garantiu ao governador empe-

**Somente o BB e a Caixa deverão investir R\$ 4,4 bilhões para as instalações do Datacenter II, na Cidade Digital**



Roriz e Arruda (D) na reunião no BB: banco insiste em definição urgente sobre a Cidade Digital

nho para votar e aprovar o PL ainda ontem, o que acabou não ocorrendo.

O impasse foi criado pelo Ibama, que só concordou em fornecer a licença ambiental para a construção do pólo de tecnologia do DF, caso o governo concordasse em ampliar a poligonal do Parque Nacional, de 30 mil hectares para

44 mil hectares, em benefício do Ibama. O projeto prevê a ocupação de apenas 123 hectares de área pertencente ao Parque Nacional de Brasília. Esta área é que está sendo negociada em troca de 14 mil hectares a mais de reserva para o Ibama.

O GDF ofereceu uma contraproposta baseada em subs-

titutivo do deputado federal pastor Jorge Pinheiro (PL-DF), ampliando a área para 40.788 hectares. Segundo o secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas, este acordo permitirá que o Ibama, por meio de decreto, acrescente 3 mil hectares na área ampliada para atender ao pleito inicial do órgão.